

É HORA DA MARTA PARIR NOVAMENTE: VILLA SAN LUIS, O OCASO DE UM SONHO DE IGUALDADE**IT'S TIME FOR MARTA TO GIVE BIRTH AGAIN: VILLA SAN LUIS, THE DEMISE OF AN EQUALITY DREAM**

Marcos Pereira Diligenti¹
Maria Alice Medeiros Dias²

Resumo

Originária do Fundo San Luis, a Villa San Luis, localizada na Comuna de Las Condes, Santiago do Chile, teve como marco inicial de sua urbanização o projeto elaborado pelo Arquiteto Miguel Eyquem, realizado na década de 1960, na gestão do Presidente Eduardo Frei Montalva. Posteriormente, já sob a administração da Unidade Popular, do então Presidente Salvador Allende, sofreu significativas modificações projetuais. Organizadas sob a tutela do arquiteto Miguel Lawner, essas mudanças tiveram o objetivo de estimular o acesso de camadas menos favorecidas economicamente a um local dotado de qualificação urbana significativa e, portanto, de considerável valor agregado ao solo urbano. Esse artigo propõe-se analisar a história da Villa San Luis, posteriormente denominada Villa Carlos Cortés, com o objetivo de resgatar para o debate atual na área de Habitação Social o seu potencial emblemático e sua singularidade ímpar na América Latina, nos aspectos de análise relacionados à segregação sócio-espacial, gentrificação, movimentos sociais e gestão política da cidade.

Palavras-chave: Habitação Social, gentrificação; movimentos sociais urbanos; Villa San Luis; Chile.

Abstract

Originated from San Luis Fund, the Villa San Luis, located in Las Condes neighborhood, Santiago, Chile, had as the first milestone of its urbanization the project realized in the 1960s by architect Miguel Eyquem, under the administration of President Eduardo Frei Montalva. Later, under the administration of Unidade Popular, of president Salvador Allende, the project was profoundly modified. Proposed by architect Miguel Lawner, these changes had the aim of encouraging low-income population's access to a place endowed with significant urban qualification and therefore of considerable value to urban land. The present article intends to analyze the history of Villa San Luis, later named Villa Carlos Cortés, in order to rescue to the current debate on Social Housing its flagship potential and its singularity in Latin America, in these aspects of analysis: socio-spatial segregation, gentrification, social movements and political management of the city.

Keywords: Social Housing, gentrificaton; urban social movements; Villa San Luis; Chile.

¹ Pós Doutor em Viviendas Sociales pela Pontifícia Universidad Católica de Chile/Santiago. Pós Doutor em Habitação Social pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Professor Titular e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do RioGrande do Sul (PUCRS). Membro do Núcleo de Habitação de Interesse Social e Sustentabilidade da FAUPUCRS. Coordenador do Grupo de Pesquisa SUSTENFAU/Sustentabilidade Social e Avaliação Pós-ocupacional. Associado ao IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Membro do IFHP -International Federation for Housing and Planning. Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ em Habitação de Interesse Social e Sustentabilidade. E-mail: mdilig@pucrs.br

² Doutoranda em Arquitetura pelo PROPAR- UFRGS. Professora Adjunta, Coordenadora do Departamento de Projetos e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa SUSTENFAU/Sustentabilidade Social e Avaliação Pós-ocupacional. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq em Paisagismo Urbano. E-mail: aliced@pucrs.br

GÊNESE URBANA: HISTÓRICO DA VILLA SAN LUIS

Com o falecimento dos proprietários Ricardo Lyon Pérez e sua esposa Loreto Cosiño Goyenechea, respectivamente nas décadas de 30 e 40 do século passado, o uso do sítio onde se ergueu, posteriormente, a Villa San Luis ficou em situação de litígio. Durante quase quatro décadas, a área foi alvo de querelas judiciais acerca do questionamento, pelos filhos/herdeiros, do testamento em favor da Junta Central de Beneficência. No ano de 1968, o terreno de 153 hectares situado na região compreendida entre a Avenida Presidente Kennedy ao Norte, Los Militares ao Sul, Américo Vespúcio ao Poente e Nossa Senhora do Rosário ao Oriente, foi finalmente expropriado pela CORMU (Corporação de Melhoramento Urbano), durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) (LAWNER, 2007).

A CORMU instituída em agosto de 1966, mediante o Decreto Constitucional Supremo N° 483 constituiu-se em uma instituição subordinada ao então recém-criado MINVU (Ministério da Vivenda e Urbanismo), porém com amplas atribuições, como se verifica no artigo 2 de sua Lei Orgânica:

La Corporación de Mejoramiento Urbano está encargada de urbanizar, remodelar, subdividir inmuebles, dentro o fuera de los límites urbanos; formar una reserva de terrenos para abastecer los planes de vivienda, desarrollo urbano y equipamiento comunitario, tanto del sector público como del sector privado; proponer al Ministerio de Vivienda y Urbanismo la fijación, ampliación, o reducción de los límites urbanos o de las comunas, la modificación de los planes reguladores comunales o intercomunales respectivos y el cambio de destino de los bienes nacionales de uso público que sean necesarios para el cumplimiento de sus funciones; colaborar y asociarse con las municipalidades y con las empresas privadas en la realización de proyectos de desarrollo y mejoramiento urbano; otorgar créditos para este fin, supervigilar y fiscalizar su realización y fijar, dentro de las áreas urbanas, los límites de las zonas de mejoramiento urbano y procurar su ordenamiento y desarrollo (CHILE, 1966).

A sua autonomia com personalidade jurídica e patrimônio próprio foi reforçada com a adequação do artigo 10 da Constituição, aprovado mediante a lei 16615, de 18/01/1967 que trata da função social do direito de propriedade como podemos observar a seguir:

1.- “La ley establecerá el modo de adquirir la propiedad, de usar, gozar y disponer ellas y las limitaciones y obligaciones que permitan asegurar su función social y hacerla accesible a todos. La función social de la propiedad comprende cuanto exijan los intereses generales del Estado, la utilidad y salubridad pública,

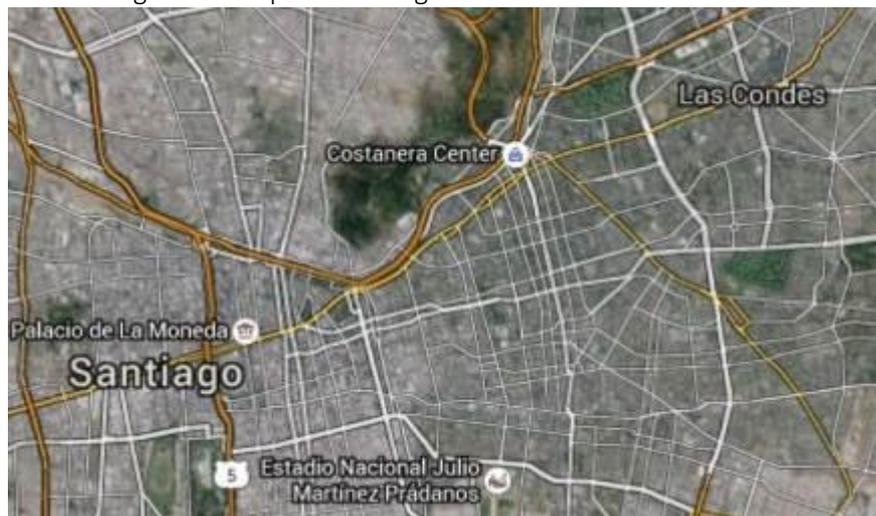
el mejor aprovechamiento de las fuentes y energías productivas en el servicio de la colectividad y la elevación de las condiciones de vida común de los habitantes”.

2.- “Cuando el interés de la comunidad nacional lo exija, la ley podrá reservar al Estado el dominio exclusivo de recursos naturales, bienes de producción u otros, que declare de importancia preeminente para la vida económica, social y cultural del país. Propenderá, así mismo a la conveniente distribución de la propiedad y a la constitución de la propiedad familiar” (CHILE, 1967).

Essas amplas atribuições permitiram à CORMU operar efetivamente em diversos setores do solo urbano e protagonizar a gênese e o desenvolvimento do processo urbanístico da Villa San Luis.

A figura 1 ilustra a localização central da Comuna de Las Condes em Santiago do Chile. Essa centralidade geográfica conferiu, como se confirma atualmente, uma intensa valorização do solo urbano no bairro e foi um dos fatores que motivou os embates relacionados à posse e uso definitivos da área.

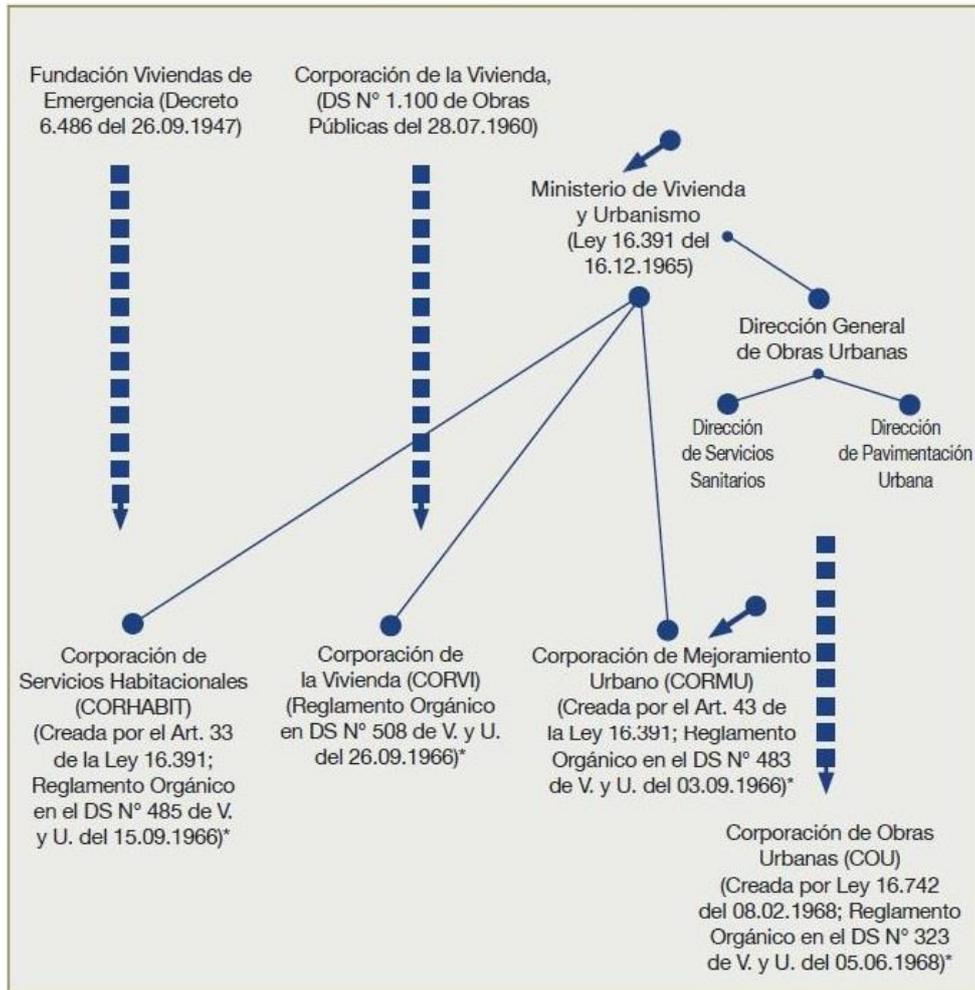
Figura 1 - Mapa de Santiago do Chile e Bairro Las Condes



Fonte: Google Earth (2015)

Como forma de esclarecer de modo sintético a matriz funcional dos órgãos institucionais chilenos ligados ao setor habitacional, a partir da segunda metade do século passado, e as atribuições desses órgãos em relação às políticas habitacionais, apresentamos abaixo um fluxograma explicativo que demonstra suas respectivas competências.

Figura 2: Fluxograma
 Instituciones ligadas al sector habitacional 1964 - 1973



Fonte: MINVU (2004, p. 129).

As quatro corporações (CORHABIT, CORVI, CORMU e COU) foram definidas como “Empresa del Estado com personalidade jurídica, com patrimônio distinto del fisco, de carácter autónomo, de derecho público, de duración indefinida, que se relacionaria com el gobierno a través del Ministerio de Vivienda Y Urbanismo” (MINVU, 2004, p. 129).

VILLA SAN LUIS: UM PROJETO DE URBANIZAÇÃO

O terreno da Villa San Luis foi, na década de 60, objeto de um projeto urbanístico elaborado pela equipe do arquiteto Miguel Eyquem, de Valparaíso. A proposta contemplava vivendas para camadas de médio e alto ingresso econômico, segundo a lógica de manutenção da exclusividade da já, naquela época, valorizada zona situada na Comuna de Las Condes. Nesse sentido, sua perspectiva de ocupação urbana, em princípio, não implicava nenhuma transformação no que diz respeito à segregação sócio-espacial urbana que concentra as camadas mais favorecidas economicamente na centralidade das cidades, deixando a periferia dessas para serem ocupadas por aquelas de menor condição econômica.

O referido projeto, denominado Barrio Modelo Parque San Luis, traduzia claramente as posturas do Movimento Moderno Tardio. A proposta definia um conjunto de quadras em que se mesclavam construções em altura (61 torres de 17 a 20 pavimentos), áreas verdes e espaços públicos (ALLENDE CELLE; OLAVE VASQUEZ; LAGOS LIRA, 2013). O projeto contemplava além de vivendas generosamente distribuídas, um significativo rol de equipamentos urbanos para os futuros habitantes da região. (Ver figura 3).

Figura 3: Maquete do projeto de Miguel Eyquem



Fonte: PULGAR; BIANCHINI (2008).

No entanto, a vitória da Unidade Popular nas eleições de 1970 iria ensejar o desenvolvimento de uma proposta de concepção radicalmente diferente em relação ao projeto original.

Na imagem a seguir (figura 4), da década de 1980, podemos observar à esquerda a área da Villa San Luis, já com as intervenções de Habitação Social que são o foco desta investigação. No centro, a área onde seria implantado o Parque Araucano.

Figura 4: Área da Villa San Luis e seu entorno imediato



Fonte: Amo Santiago (2015).

A Unidade Popular, cujo programa de governo tinha como ponto principal a solução dos problemas habitacionais, identificou na área do Fundo San Luis um local adequado e ideal para a implantação de um projeto inovador de Habitação Social. Coube ao arquiteto Miguel Lawner dar forma aos ideais de uma Arquitetura e Urbanismo capaz de contribuir para a promoção da justiça social.

MIGUEL LAWNER O ARQUITETO DA UNIDADE POPULAR (UP)

Miguel Lawner nasceu em Santiago no ano de 1928. Formou-se arquiteto pela Universidad de Chile em 1954 onde, posteriormente, tornou-se professor.

Figuras 5 e 6: Lawner – durante entrevista concedida Marcos Diligenti em 26/11/2014.



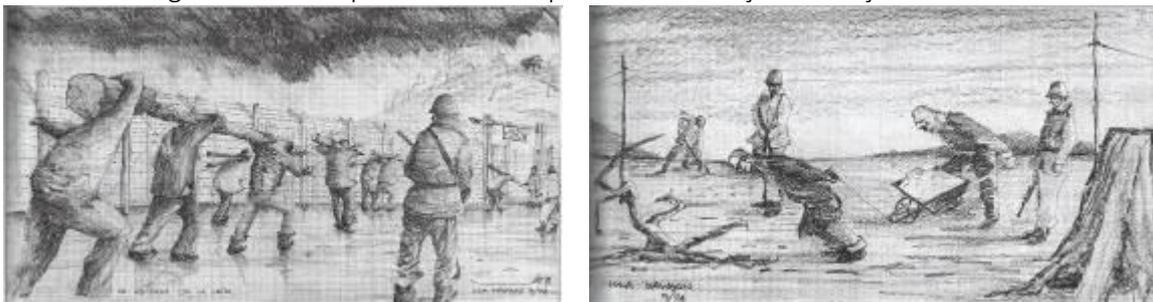
Fonte: acervo dos autores.

Foi sócio fundador da BEL Arquitectos Asociados juntamente com a sua esposa Ana Mária Barrenechea e o colega Francisco Ehijo. Seu escritório obteve inúmeros prêmios e desenvolveu atividades profissionais na área da Arquitetura e Urbanismo por mais de cinco décadas. Lawner participou ativamente das quatro campanhas presidenciais do Presidente Salvador Allende, sendo que, na última e vitoriosa (1970) foi nomeado diretor chefe da CORMU (Corporação de Melhoramento Urbano). Com o Golpe Militar no Chile, foi detido e permaneceu preso nos campos de concentração de Isla Dawson, Tres Alamos, Ritoque e AGA³, até o ano de 1975 quando foi expulso do país e recebeu asilo político na Dinamarca (sua libertação ocorreu sob intensa pressão do Colégio Mundial de Arquitetos de Madri, Espanha) (LAWNER, 2003).

As figuras 7 e 8 mostram alguns de seus desenhos interpretando o cotidiano dos campos de concentração. Os croquis revelam a sensibilidade do arquiteto que com traçado expressivo registrou detalhes da experiência vivida, transformou sofrimento em arte e produziu uma obra gráfica que ganhou o mundo e foi exposta em vários continentes como forma de denúncia às atrocidades cometidas pelos militares no período ditatorial no Chile. Atualmente esse acervo encontra-se no Museu da Memória e Direitos Humanos, Santiago do Chile e também pode ser parcialmente observado no livro: Isla Dawson, Ritoque, Tres Alamos... la vida a pesar de todo.

³ Academia de Guerra Aérea.

Figuras 7 e 8: A opressão nos campos de concentração no traço de Lawner



Fonte: Lawner (2003).

Miguel Lawner, bem como sua esposa Ana Mária Barrenechea, prosseguiram, no período de exílio, ministrando aulas em diversas universidades europeias. Em 1984, o arquiteto retornou ao Chile e, prontamente (à medida do possível devido à manutenção do regime ditatorial), engajou-se em atividades de assessoramento técnico a populações menos favorecidas economicamente.

Lawner conquistou diversos prêmios em sua carreira, dentre os quais se destacam: o prêmio Alberto Risopatrón conferido pelo Colégio de Arquitectos de Chile, o prêmio de Arquiteto e Urbanista conferido pela Universidade de La República, a medalha Arquitecto Claude François Brunet de Baines pela Universidade de Chile e o prêmio Cátedra Edwin Haramoto concedido pelo Instituto de La Vivenda da Faculdade de Arquitectura da Universidad de Chile. (LAWNER, 2013). Entre seus projetos de maior relevância estão, como diretor da CORMU, a Revitalização do Parque O'Higgins, a Sede da ANTAC/Centro Gabriela Mistral, os Balneários Populares⁴, e a própria Villa San Luis, tema deste trabalho investigativo. Destaca-se ainda na obra de Lawner o importante projeto de restauração da Igreja de Puerto Harris, ilustrada na figura 9 a seguir, quando de sua passagem como prisioneiro político na Isla Dawson, realizada junto com os companheiros de detenção: os mais eminentes expoentes do deposto governo da Unidade Popular, conforme mostra a figura 10. Além de fundador e secretário de redação da Revista de Arquitectura Alca, no período de 1965 a 1970, Lawner publicou vários livros entre os quais destacamos o já citado *La vida a pesar de todo* (2003), *Retorno a Dawson* (2004) e *Memórias de un Arquitecto Obstinado*⁵ (2013), entre outros.

⁴ Os Balneários Populares foram uma importante iniciativa implementada pela Unidade Popular, em 18 locais do litoral chileno que proporcionaram às camadas da população menos favorecidas economicamente, períodos de veraneio a preços acessíveis de 15 dias anuais (LAWNER, 2013).

⁵ Este livro foi premiado em janeiro de 2015 na Bienal de Arquitectura do Chile como um dos mais importantes testemunhos da história habitacional chilena do século XX.

Figura 9: Igreja de Puerto Harris | Figura 10: Os companheiros de detenção



Fonte: Lawner (2003).

Participou ainda no trabalho de restauração do prédio do Museu da Solidariedade e hoje, aos 86 anos, é membro do Comitê do Consejo Nacional de Desarrollo Urbano, designado pela Presidente Michele Bachelet.

A coerência de princípios em trabalhar com a Arquitetura e Urbanismo em uma perspectiva eminentemente social e, até mesmo revolucionária, confere ao arquiteto Miguel Lawner uma posição de destaque no cenário nacional e internacional na defesa dos despossuídos da Terra. É, sem dúvida, um exemplo vivo de luta, de resistência por uma Arquitetura e Urbanismo social, do combate à segregação sócio espacial tão presente no Chile, na América Latina e em vários países de todo o Mundo. Permanece até os dias atuais exercendo vigorosamente o ofício de arquiteto, além de suas atividades no Comitê do Consejo Nacional de Desarrollo Urbano, e ainda como incansável defensor do resgate à memória de denúncia da opressão vivida em seu país na “Era Pinochet”.

Nesse contexto, o conhecimento sobre a vida e a obra de um arquiteto militante que encontra o significado na luta contra a segregação sócio espacial produzida pelas elites capitalistas chilenas, mais do que a revisão de um passado relevante, é também um olhar para um futuro próximo, no qual novas gerações estão cada vez mais se aproximando nos movimentos sociais observados no Século XXI.

DE VILLA SÃO LUIS A VILLA CARLOS CORTEZ: UMA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA DE CIDADE

Passava-se o mês de julho de 1970, o então candidato à Presidência da República Salvador Allende dirige-se ao Arquiteto Miguel Lawner (futuro Diretor da CORMU) e sugere: - Vamos para o Mapocho, está havendo uma manifestação de apoio a minha candidatura. Ao chegar à manifestação promovida nas poblaciones El Exemplo y El Esfuerzo, próximas ao terreno da Villa

San Luis, Allende e Lawner são levados a um palanque provisório para que o Candidato profira seu discurso. No entanto, o ato é interrompido por um homem que gritava, em meio à multidão, provocando alvoroço na plateia: - A Marta está parindo – A Marta está parindo... A condição daquele homem de líder comunitário, fez com que seu apelo sobre a situação de parto de sua esposa tomasse vulto. A manifestação e o discurso foram interrompidos, para que o Candidato Allende, na condição de médico, fosse prestar ajuda e a sua incursão pelo interior da comunidade reforçou a constatação da precariedade das habitações instaladas à beira do Mapocho e fez com que o futuro Presidente tomasse uma decisão, ao entrar no carro para retornar ao seu escritório profetizou ao Arquiteto Miguel Lawner: - Se ganharmos a eleição as poblaciones El Exemplo y El Esfuerzo irão viver na Villa San Luis (Depoimento de Miguel Lawner a Marcos Diligenti em entrevista realizada em 26/11/2014⁶).

É inegável o valor histórico do relato acima exposto, no entanto, é preciso compreender que, para além de questões pontuais, verificou-se no período da Unidade Popular do Chile, de 1970-1973, no governo do Presidente Salvador Allende, uma clara subversão aos ditames tradicionais que em grande parte da América Latina, propões a construção de cidades que apartam entre ricos e pobres, com evidentes privilégios urbanísticos para os setores que habitam o primeiro grupo citado.

Em cumprimento à promessa feita por Allende no dia em que “a Marta pariu”, o governo da Unidade Popular tratou de redefinir o projeto para a área do Fundo San Luis, substituiu a proposta original de Miguel Eyquem por novo e revolucionário projeto, de autoria do outro Miguel, Lawner, o Arquiteto da UP, onde seria inserido o futuro Conjunto Habitacional, dirigido àquelas comunidades que instaladas próximo à área do Fundo San Luis, de forma precária, à beira do Mapocho, requeriam uma possibilidade de vida e habitação dignas.

Na nova proposta para a área do Fundo San Luis além das referidas habitações sociais constaram diversos equipamentos urbanos e espaços públicos como se observa na figura 11.

⁶ Ver em Referências (LAWNER, 2014).

Figura 11: Projeto para a área do Fundo San Luis



POBLACIÓN MINISTRO CARLOS CORTÉS Primera Etapa Villa San Luis
 Departamentos terminados y entregados

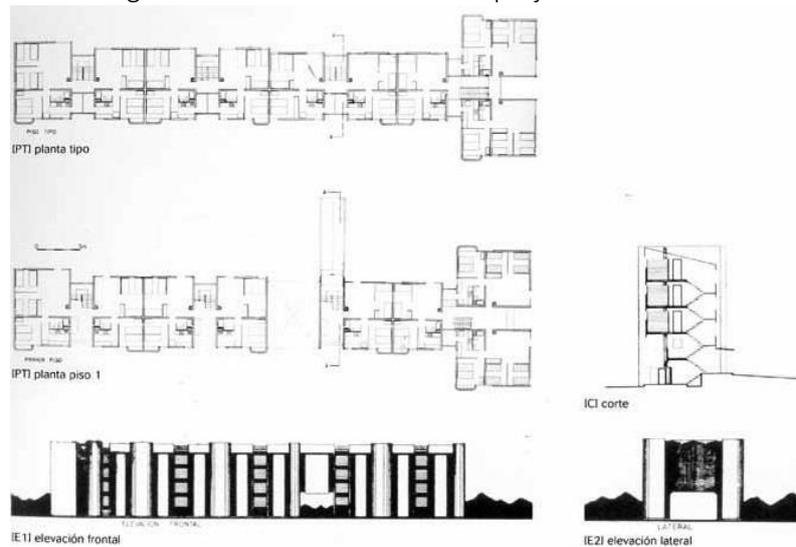
Sector	Empresa	Deptos.	Zona	Descripción
1	Empresa Arquín Constructora	121	A	Futuro Centro Cívico y Comercial
2	Desco 2	117	B	Estadio Club de U. De Chile. Proyecto listo.
3	Ejecución Directa CORMU	120	C	Futura Escuela Deportiva U. De Chile.
4	Desco 4	175	D	Villa Militar del Este 1.000 Deptos, 100 entregados
5	Ejecución Directa CORMU	256	E	Campamento en tránsito Villa San Luis y Ho Chi-Min: 1.200 familias
6	Moller & Perez Cotapos	127	F	Futuros desarrollos inmobiliarios
7	Boetsch & Cia	122	G	Soc. mixta Bel-Cormu: 2 torres en terminación-
	Total	1.038	H	Monumento al generaci Schneider.
Segunda etapa: Departamentos en construcción				
8	Ejecución Directa CORMU	500		

Fonte: LAWNER (2007).

A mudança de nome de Villa San Luis para Villa Carlos Cortés foi uma homenagem prestada pelos moradores ao Ministro da Habitação da Unidade Popular, Senhor Carlos Cortes, operário da construção civil, militante das causas sociais ligadas à moradia e líder comunitário do movimento de conquista das vivendas, que faleceu no ano de 1971, quando da realização das obras da Villa.

As habitações sociais propostas no Conjunto Habitacional Compañero Carlos Cortés eram apartamentos de 2 e 3 dormitórios, com áreas de 50 a 70 m², organizadas em blocos de 5 pavimentos (ver figura 12). A qualidade projetual das plantas das unidades e os acabamentos construtivos empregados eram superiores aos padrões usualmente adotados em moradias populares (LAWNER, 2013).

Figura 12: Plantas e fachadas do projeto de Lawner



Fonte: PULGAR; BIANCHINI (2008).

A proposta de vivendas em altura e suas vantagens no oferecimento de moradias dignas, áreas abertas comuns e equipamentos sociais para as populações era apresentada pela CORMU às comunidades com o uso de material de divulgação de cunho didático que também realçava o direito à moradia (figura13). O uso de terraços de cobertura como áreas para futura ampliação de unidades e a destinação de unidades térreas, com pátios, para famílias numerosas e/ou para a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência eram estratégias contempladas no programa de vivendas em altura.

Figura 13: Cartaz de divulgação da CORMU (1971)



Fonte: LAWNER (2013, p.170).

Salvador Allende, ao propor, conjuntamente com Lawner, a inclusão de populações economicamente pobres em uma zona caracterizada por significativo potencial de valorização econômica, rompeu com a lógica de apartheid social em termos urbanísticos e sinalizou de forma efetiva e emblemática, no caso da Vila São Luis, como uma das propostas mais importantes no sentido do oferecimento de condições urbano-espaciais dignas para todos moradores de cidade. Em outro viés, destaca-se a afirmação da importância da permanência das pessoas nos locais onde construíram laços sociais e relações de trabalho, em oposição à ruptura desses vínculos comumente imposta a essas populações pelas políticas habitacionais latino-americanas. Essas concepções iam ao encontro do cumprimento de um conjunto de metas estabelecidas desde a campanha presidencial de Allende:

1. Planificar la expansión del suelo urbano;
2. Poner fin a la segregación social urbana;
3. Incrementar las obras de equipamiento social en favor de los sectores populares;
4. Estímulo a las tecnologías industrializadas;
5. Democratizar el Sistema Nacional de Ahorro Y Préstamos;
6. Crear empresas estatales de la Construcción. (LAWNER, 2013).

Deve-se observar que desde a ascensão da Democracia Cristã ao poder, no ano de 1964 e o recrudescimento da pressão popular ensejou avanços no sentido do atendimento às demandas de Habitação Social no contexto histórico chileno. As ações desenvolvidas a partir daí já apresentavam um sentido progressista, se considerarmos as políticas habitacionais anteriormente adotadas. No entanto, é inegável que o período da UP se constitui no mais contundente exemplo quantitativo e qualitativo de incremento à Habitação Social no Chile. O número de unidades habitacionais construídas nos três anos do governo Allende foi quatro vezes maior do que o número correspondente ao governo Montalva e seis vezes maior do que o número de moradias construídas na era Pinochet (LAWNER, 2013).

Porém, a tendência progressista que culminou com a gestão da Unidade Popular foi freada em 1973, com a ocorrência do Golpe Militar. No que tange à Villa San Luis, isso significou a interrupção da implantação do projeto de Lawner, que abrangia uma área de 153 ha, incluía equipamentos urbanos e espaços públicos diversos, mas teve concretizada apenas sua primeira etapa, justamente a destinada às Habitações Sociais, levada a cabo como prioridade pela Unidade Popular.

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VILA SÃO LUIS / VILA CARLOS CORTÉS

No processo de implantação das habitações populares para as populações que viviam às margens do Rio Mapocho, observou-se o empoderamento participativo dessa comunidade em todos os níveis que compreendem o desenvolvimento de um projeto de Habitação Social de cunho progressista e democrático. A participação popular, envolvendo desde discussão das questões arquitetônico-projetuais, até a própria atividade nos trabalhos de execução da obra da Villa San Luis, em Santiago do Chile, no período de 1970-1972, credencia o empreendimento da Unidade Popular de Allende como experiência pioneira e revolucionária. Trata-se de um dos maiores exemplos de positividade participativa e apropriação do espaço na forma de lugar⁷, como perspectiva de pertencimento dos moradores à cidade que habitam, na história da implementação de habitações sociais em todo o mundo. Essa participação é evidenciada na figura 14 que mostra o ambiente da obra com a presença das famílias que, plenamente engajadas na transformação de

⁷ Trabalhamos aqui com o conceito de Augé (1994) que ao definir o redimensionamento de espaço para lugar propõe a necessidade de o “lugar” constituir-se em local de encontro e convívio efetivo das pessoas.

suas próprias vidas, vivenciaram a construção dos edifícios de suas futuras moradias, apartamentos previamente destinados e batizados com o nome de cada família.

Figura 14: Mulheres e crianças no canteiro de obras



Fonte: PULGAR; BIANCHINI (2008).

Essa participação não se restringiu ao caso da Villa San Luis, mas foi promovida em várias partes do território chileno. Foi instituído o dia do trabalho voluntário em que as pessoas participavam de ações solidárias. O próprio Presidente Allende engajou-se pessoalmente nessa campanha solidária trabalhando na construção de obras de Habitação Social conforme ilustrado na figura 15.

Figura 15: Allende no dia do trabalho voluntário



Fonte: LAWNER (2013).

Pode-se dizer que a Villa San Luis, quando de seu desenvolvimento harmonioso e ocupação por aqueles que a ela tinham direito, constitui-se muito mais do que um simples aporte histórico de investigação, mas sim como uma proposta efetiva de realização atual e urgente no urbanismo de cidades contemporâneas efetivamente democráticas e inclusivas.

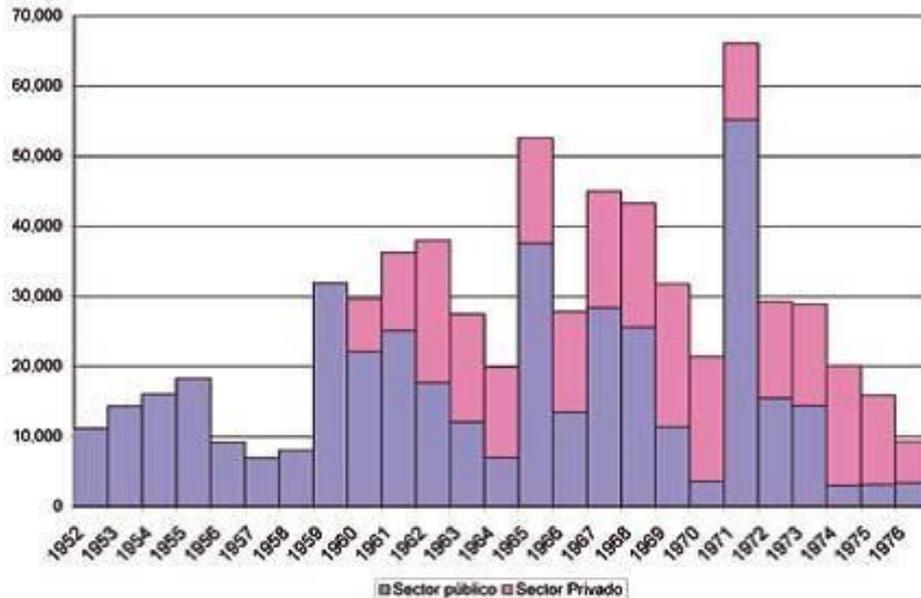
A VILLA SAN LUIS E AS TRANSFORMAÇÕES DO CENÁRIO POLÍTICO

Os programas habitacionais, em especial aqueles destinados à Habitação Social estão, evidentemente, ligados às posições políticas das diferentes gestões governamentais. Esse fato evidenciou-se no Chile considerando-se os períodos de Eduardo Frei Montalva, Salvador Allende e Augusto Pinochet de forma caricata com objetivos declaradamente antagônicos, como já mencionado anteriormente. Na análise da concepção de habitação prevista na legislação nesses três diferentes períodos observam-se com nitidez essas diferenças. No período da Democracia Cristã a habitação foi considerada “bien de primera necesidad al que tiene derecho toda familia, planteándose atención preferencial por los más pobres y estimulándose la autoconstrucción”. Eduardo Frei Montalva (1964 – 1970); a seguir na Unidade Popular, a habitação passou a ser concebida como “[...] derecho irrenunciable que el Estado debe proporcionar a su pueblo, no puede ser objeto de lucro, sino de necesidad”. Salvador Allende (1970 – 1973); posteriormente ao Golpe Militar e no período de Concertación foi compreendida como “[...] bien que se adquiere con

el esfuerzo de la familia para el ahorro, y con aportes del Estado a través del subsidio”. Pinochet, Aylwin, Frei, Lagos, Bachelet (1973 – 2007)” (COCIÑA VARAS; VALENZUELA LEVI, 2007; FUENTES, 2008).

Verifica-se a seguir no gráfico 1 a fundamentação quantitativa do acima exposto.

Gráfico 1: Vivendas construídas anualmente - período de 1952 a 1976



■ setor público
 ■ setor privado

Fonte: Adaptado de MINVU (2004, p. 143).

Como já observado, a partir da década de sessenta no Chile, constatou-se um período de intensificação nas demandas sociais de forma geral, concomitantemente à ascensão da Democracia Cristã ao poder. Essa etapa veio culminar com a eleição, em 1970, da Unidade Popular, que compreendia uma ampla frente composta pelos partidos socialista, comunista, setores progressistas da Democracia Cristã e inúmeros movimentos populares. (MARTÍNEZ, 2009).

Nesses “1000 dias” de comando da UP foram adotadas diversas medidas de cunho social como a estatização de empresas que exploravam o cobre, o assentamento de trabalhadores rurais e, notadamente uma política de urbanização das cidades que visava a priorização de programas habitacionais para populações de baixa renda.

As “tomas”/ocupações de terra espalharam-se por todo o território chileno e os programas governamentais procuraram atender essas demandas, como verificou-se, no caso desta investigação, na Villa San Luis em Las Condes. No entanto, a via para o socialismo de forma pacífica proposta por Allende, entrou em choque com os interesses das elites econômicas chilenas, que aliadas aos setores reacionários das Forças Armadas e com amplo apoio do Governo Norte-Americano depuseram o regime constitucional. (VALENZUELA, 2013).

Em 11 de setembro de 1973, o Chile foi palco de sangrento Golpe Militar em que a junta liderada pelo General Augusto Pinochet Ugarte assumiu a presidência. As consequências desse evento e da decorrente transformação radical na política chilena impactaram drasticamente o destino da Villa San Luis, como veremos a seguir.

OS DESPOJOS NA VILLA SAN LUIS

A tomada do poder pelos militares, imediatamente impactou na Villa Luis com a detenção dezenas de membros de famílias moradoras ligados ao movimento popular. Além disso, os habitantes da Villa que na época compreendia 1038 famílias começaram a ser expulsos de suas moradias, que foram invadidas por suboficiais do exército chileno. Esse processo deu-se de forma mais contundente entre os anos de 1974 a 1978. As expulsões constituíram-se de vários episódios marcantes desde o Golpe Militar até a saída do último morador no ano de 2015.

Dentre os relatos mais dramáticos que se verificaram com esse propósito, destaca-se a operação realizada em 28 de dezembro de 1978 (três dias antes das celebrações de Ano Novo) quando os militares invadiram setores ainda habitados pelos antigos moradores e por meio da força obrigaram-nos a abandonar as suas residências e colocaram-nos com seus pertences em caminhões de lixo para serem removidos para zonas periféricas, sem as mínimas condições de urbanidade nas adjacências de Santiago (LAWNER, 2007).

Após essa operação de expulsão, contrária a todos os princípios de Cidadania e Direitos Humanos, apenas 116 famílias conseguiram resistir à invasão e permaneceram em suas residências na Villa San Luis conforme a figura 16.

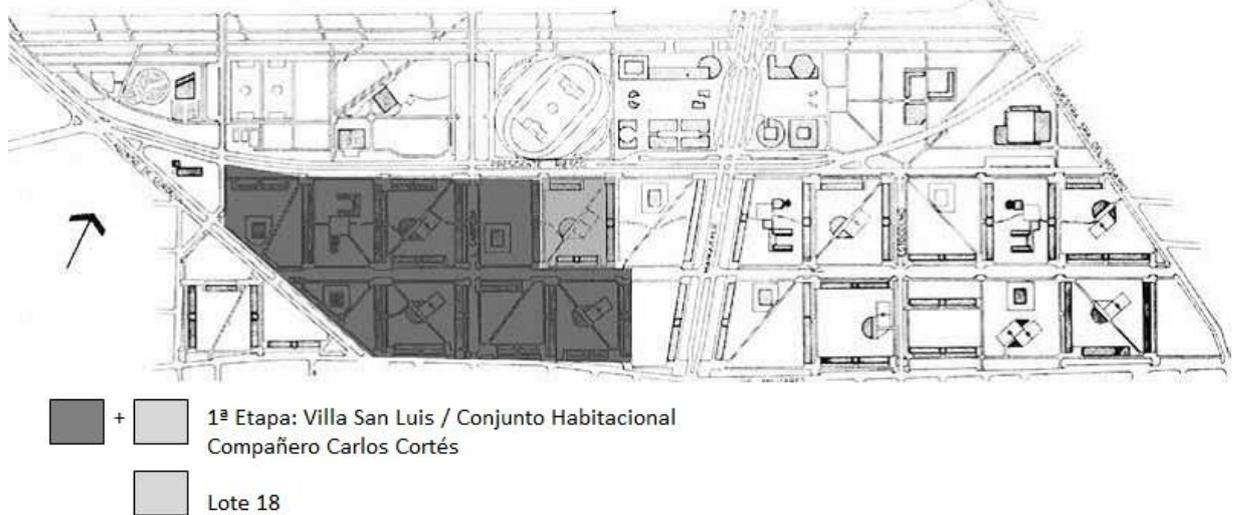
Figura 16: Blocos das 116 famílias remanescentes



Fonte: Adaptado de Plataforma Urbana (2008).

Na figura 17 que mostra o projeto de Miguel Lawner, datado de 1971, com seu traçado de linhas ortogonais e a proposição do estádio esportivo da Universidad de Chile, demonstra-se que a área que foi efetivamente construída (1ª etapa) correspondeu a cerca de um quarto da área abrangida pelo projeto. O lote 18 foi o reduto da resistência dos últimos moradores que permaneceram no local.

Figura 17: 1ª Etapa Villa San Luis: o Conjunto Habitacional / lote 18



Fonte: PULGAR; BIANCHINI (2008).

Posteriormente, com a queda da Ditadura Militar e o período de Concertación, as famílias remanescentes ficaram livres das forças militares, porém não imunes aos sucessivos assédios das forças do mercado imobiliário que a essa altura já tinham um planejamento estabelecido para a área. Esse planejamento, coerentemente com o “enobrecimento” do bairro, teve em vista a construção de luxuosas torres comerciais de grande altura, de acordo com a paisagem urbana, que paulatinamente foi implantada na área originalmente pertencente Fundo San Luis, posteriormente integrante da Villa San Luis e recentemente denominada Nueva Las Condes (ver figuras 18 e 19).

Figuras 18 e 19: Nueva Las Condes na área da Villa San Luis – setembro de 2014



Fonte: Acervo dos autores

A seguir, as figuras 20 e 21 mostram o terreno abandonado e as ruínas dos blocos de Habitação Social do lote 18, cercados pelas torres dos novos empreendimentos imobiliários. As edificações remanescentes da Villa San Luis ali agonizam como testemunhos de um sonho de igualdade. A vizinhança do Parque Araucano representa mais um aspecto de valorização do solo urbano do Bairro, onde, atualmente todo o conjunto se volta para o atendimento das camadas sociais de maior poder econômico. Ganha forma e força a Sanhattan, uma Manhattan chilena, verticalizada, envidraçada e coerente com o urbanismo da segregação sócio espacial.

Figuras 20 e 21: Ruínas da Villa San Luis em meio a luxuosas torres – setembro de 2014



Fonte: Acervo dos autores

O OCASO DE UM SONHO?

Em entrevistas realizadas por Marcos Diligenti, em outubro de 2014, junto aos últimos moradores que resistiram, fica evidente o sentimento de pertencimento gerado pelo processo participativo desenvolvido na implantação da Villa San Luis. Nas entrevistas destaca-se a alusão ao fato de que a chave do apartamento lhes havia sido entregue por Allende e de que isso tinha mais valor do que qualquer soma em dinheiro que pudesse ser oferecida pelos imóveis. Por outro lado, dois aspectos ficaram evidentes nas falas dos moradores: a indignação pela destruição de um lugar que ajudaram a erguer com o próprio trabalho nas obras da construção e a consciência de que a resistência já era inútil, perante o inelutável controle da área pelas incorporadoras, com a indelével marca da gentrificação.

Os moradores das últimas oito unidades habitadas da Villa San Luis não tinham mais condições de resistência: a falta de segurança e a precariedade dos prédios já em ruínas, aliada à forte pressão imobiliária, fez com que a maioria deles abandonasse o local durante o ano de 2014. Deve-se ressaltar que o valor pago pelas imobiliárias aos proprietários de sete dessas unidades foi de 490 milhões de Pesos Chilenos, o equivalente a setecentos mil dólares. (AGURTO, 2014). O último morador resistiu até o início de 2015, quando finalmente vendeu por quantia ainda mais elevada seu apartamento de 58 m².

A despeito dos altos valores auferidos pelos resilientes últimos moradores, é preciso assinalar o quanto as políticas que nutrem a especulação imobiliária do solo urbano impactam de

maneira nefasta na organização das cidades e, mais especificamente, nas demandas de Habitação Social.

O mercado imobiliário, quando outorgado do poder de definir, por seus interesses econômicos, a localização dos empreendimentos de cunho social, periferiza-os, pois na produção da construção, o solo urbano é apenas um insumo cujo custo deve ser minimizado⁸. Simultaneamente a isso, zonas que apresentam potencial de valorização imobiliária são alvos de perversos processos de gentrificação que determinam um panorama de segregações sócio espaciais, cada vez mais evidente e intenso no contexto latino-americano.

Importa ainda saber que as perspectivas neoliberais de urbanização das cidades não se afastam de suas lógicas onde se prioriza o lucro em todos outros setores da sociedade contemporânea. As consequências desse processo globalizado de acentuação das diferenças sociais e de promoção de desigualdades estão a demonstrar nos dias de hoje o esgotamento dessas perspectivas como política de relação urbana. A ruptura com essa lógica implica uma ruptura nos processos de gestão política vigentes, no sentido de transcender as fracassadas democracias formais por uma radicalidade democrática que contemple a ideia de cidades inclusivas, apontando para uma perspectiva contra hegemônica em relação aos parâmetros capitalistas da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta. (Freire, 2000, p. 26).

O Chile, bem como os demais países da América Latina submete-se na atualidade, a gestões de cunho neoliberal que têm incrementado a produção de cidades fragmentadas. São as cidades da segregação, cuja característica principal é o estabelecimento de um caráter de exclusividade (e exclusão) nos bairros cuja urbanidade confere a condição de zona nobre. Essas áreas mais valorizadas, eventualmente são entremeadas por enclaves de cidade informal onde as pessoas vivem, sem infraestrutura urbana, sem direitos reconhecidos e sujeitos a processos

⁸ Essa visão é compactuada pelo Professor Ricardo Tápia em entrevista realizada por um dos autores (Marcos Diligenti) em Santiago do Chile, em 2014. (TÁPIA, 2014).

remoção ou “reintegração de posse”. Esses processos culminam com a expulsão dessas populações carentes para áreas periféricas onde a cidade informal se reproduz junto a uma cidade formal “de segunda linha” (carente de equipamentos e de mobilidade urbana) produzida pelas forças econômicas para “atender” às necessidades de moradia das populações de baixa renda. Esse tem sido o produto das políticas habitacionais de Estado nas principais metrópoles do Cone Sul (Chile, Argentina e Brasil), denominado por Hidalgo (2011) como “precariópolis estatal”.

Como visto anteriormente, é indispensável a retomada da participação popular no processo de Habitação Social que envolve a cidade, quem sabe dessa vez propondo uma tríplice hélice regenerativa, na qual sejam intensificadas: a participação popular, a universidade como lugar de produção de conhecimento e modelos e modelos alternativos e participativos de gestão da municipalidade.

Fica evidente, como também verificamos ao longo desse texto, que o problema habitacional na América Latina se reveste de complexos fatores que se entrelaçam em suas análises e perspectivas de superação. No entanto, paradoxalmente a essa gama de aspectos, é necessário buscar nas similaridades desencadeadas por essas questões, os pontos, ou o ponto, de convergência que sinalize para uma solução positivamente radical desse problema histórico.

A nosso ver existe um nó górdio na Habitação Social urbana que se impõe como elemento fundamental de todas as perspectivas de transformação e resolução de problemas dessa natureza. Esse ponto é o uso do solo urbano. Enquanto o Estado, compreendido como instrumento de empoderamento da coletividade, não for capaz de adotar uma postura autônoma e criteriosa na escolha das áreas de implementação das habitações sociais nas cidades, essa prerrogativa será assumida (como vem sendo historicamente na América Latina) pelas corporações imobiliárias, cuja prioridade é o lucro econômico. Soluções no campo habitacional que não contemplam em seu escopo a subversão da lógica capitalista, que impõe a expulsão dos mais pobres para a periferia aliada a baixas condições de habitabilidade, se constituem em ações paliativas e insuficientes, que não enfrentam a raiz da problemática da Habitação Social nas cidades contemporâneas. Nesse contexto, é preciso assumir o caráter eminentemente político que subjaz a qualquer análise urbanística das cidades modernas, em especial no que tange às habitações sociais e considerar a importância da consonância jurídica no que diz respeito à função social da propriedade.

As crises cíclicas do sistema capitalista estão a se aprofundar com cada vez mais frequência, o setor habitacional (construção civil) não poderia ficar imune a essas oscilações. Alternativas concretas, que estabeleçam claramente a função social da propriedade e caracterizem

a habitação como um direito e não como mercadoria, são urgentes para que a vida na cidade contemple o potencial de humanidade que lhe é imanente.

Mais uma vez, capital e trabalho se encontram em trincheiras opostas e se enfrentam com toda a intensidade. A superação dialética desse embate é um porvir ainda não definido; resta-nos a esperança, ou mais do que isso, o compromisso histórico de exercício cidadão para reabilitar a potência viável em um mundo em que Martas venham a parir, também, uma nova relação de dignidade e justiça para todos os que habitam a cidade.

REFERÊNCIAS

AGURTO, Ivonne Toro. Villa San Luis: La caída del último bastión de Allende en Las Condes. In: **The Clinic**: online. 19 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.theclinic.cl/2014/05/19/villa-san-luis-la-caida-del-ultimo-bastion-de-allende-en-las-condes/> Acesso em: 26 de setembro de 2015.

AMO SANTIAGO. **Las 40 mejores fotos del Chile antiguo**. 01 de abril de 2015. **Parque Araucano y construcción del Parque Arauco, 1983**. <http://amosantiago.cl/las-40-mejores-fotos-del-chile-antiguo/>

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Porto Alegre: Papyrus, 1994. 110 p.

ALLENDE CELLE, María Francisca; OLAVE VÁSQUEZ, Scarlett Angélica; LAGOS LIRA, Claudia Paola. **50 años de políticas de vivienda social a raíz del caso de la Villa San Luis**. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo. Universidad de Chile. Instituto de la Comunicación e Imagen. Santiago do Chile, 2013. 1 CD-ROM.

CHILE. 1966. **Decreto Constitucional Supremo Nº 483**. Disponível em: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=13698> Acesso em: 26 setembro 2015.

_____. 1967. Ministerio de justicia. **Modifica la constitución política del estado**. Disponível em: <http://www.leychile.cl/N?i=130884&f=1967-01-20&p=> Acesso em: 26 setembro 2015.

COCIÑA VARAS, Camila y VALENZUELA LEVI, Nicolás. Escóndete Arquitecto. In: **Revista CA**. Disponível em <http://www.revistaca.cl/webca/pdf/129.pdf>. Acesso em 16 setembro 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 61 p.

FUENTES, Maribel Aliaga. Arqutextos. Do quarto redondo à meia água: um olhar sobre a habitação social chilena. In: **Vitruvius**. 102.02, ano 09, nov. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/09.102/93> Acesso em: 20 setembro 2015.

HIDALGO, Rodrigo; BORSODORF, Axel. La ciudad fragmentada en América latina y la globalización: resultados de Santiago. In: LENCIONI, Sandra; Vidal-Koppmann; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo

Cesar Xavier. (Org.) **Transformações sócio territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LAWNER, Miguel. **Memorias de un arquitecto obstinado**. Concepción, Chile: Pablo Fuentes H. / Ediciones Universidad del Bío-Bío, 2013.

_____. **Demolición de la Villa San Luis en Las Condes, historia de dos despojos**. Centro de Estudios Nacionales de Desarrollo Alternativo. Junho de 2007. 16 p.

_____. **Isla Dawson, Ritoque, Tres Álamos... la vida a pesar de todo**. Santiago: LOM Ediciones, 2003. 122 p.

_____. **O projeto da Villa San Luis**. Santiago, 26 de novembro de 2014. Entrevista concedida a Marcos Pereira Diligenti.

MARTÍNEZ, Jesús Manuel. **Salvador Allende: el hombre que abrió las alamedas**. Santiago de Chile: Catalonia, 2009. 400 p.

MINVU - MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. La Vivienda Social en el período de participación popular: 1964 -1973. Depto. de Estudios, División Técnica de Estudios y Fomento Habitacional - DITEC. Coord. Camilo Arriagada Luco, Jefe Depto. In: **Chile, Un siglo de políticas en Vivienda y Barrio**. Capítulo 5. Santiago de Chile: DITEC / Pehuén Ediciones, 2004. P. 128-179. Disponível em: <http://www.minvu.cl/opensite_20070525102930.aspx> Acesso em: 20 setembro de 2015.

PLATAFORMA URBANA. El conflicto tras el abandono de dos edificios en medio de Las Condes. **El Mercurio**. 07 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.plataformaurbana.cl/archive/2008/12/07/el-conflicto-tras-el-abandono-de-dos-edificios-en-medio-de-las-condes/#more-4661> Acesso em: 28 setembro 2015.

PULGAR, Claudio; BIANCHINI, María Chiara. Lugares de memoria y olvido, el derecho a la ciudad. In: Ciudad Y memorias, desarrollo de sitios de conciencia en el Chile austral. Chile, salesianos Impresores S.A. In: **Revista de Arquitectura de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile**. 2008. p 111-117.

TÁPIA, Ricardo. **A Habitação Social na América Latina**. Santiago do Chile, 11 de novembro de 2014. Entrevista concedida a Marcos Pereira Diligenti.

VALENZUELA, Arturo. **El quiebre dela democracia en Chile**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

Obras Consultadas

CASTILLO, María José. Expansión Urbana o Regeneración: la apuesta por vivienda social in barrios consolidados en Santiago de Chile. In: **80 años de política de vivienda en Venezuela**. Caracas: Ediciones FAU UCV, 2011. P. 284-300.

GREENE, Margarita. Desafíos y estrategias en vivienda y urbanismo en Chile: un proceso de innovación en desarrollo. In: **80 años de política de vivienda en Venezuela**. Caracas: Ediciones FAU UCV, 2011. P. 312.

HIDALGO, Rodrigo. **La vivienda social en Chile y la construcción del espacio urbano en el Santiago del siglo XX**. Chile: Centro de Investigaciones Barros Arana. 2005. 491 p.

_____. La Vivienda Social en Chile: la acción del Estado en un siglo de planes y programas. Scripta Nova. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Nº 45 (1), 1 de agosto de 1999.

HIDALGO, Rodrigo; CASTILLO, Maria José. **Cien años de política de vivienda en Chile: 1906/2006**. Editores: Maria José Castillo y Rodrigo Hidalgo. Santiago: Universidad Andrés Bello, 2007.

LAWNER, Miguel. **Fin a la desigualdad urbana... ¿un mito?** Documento inédito. Santiago do Chile, novembro, 2014.

PALACIOS, Marco Valencia. La vivienda popular en Santiago. Cuatro momentos en el siglo XX. Una aproximación desde la Biopolítica. In: **Revista Electrónica DU&P. Diseño Urbano y Paisaje**. Volume 9, nº 24. Universidad Central de Chile, Santiago, Chile, outubro, 2012. Disponível em: http://www.ucecentral.cl/du&p/pdf/24_Valencia.pdf Acesso em: 17 de abril de 2015.

MAC DONALD, Juan. Ciudad, pobreza tugurio: aportes de los pobres a la construcción - el hábitat popular. In: **80 años de política de vivienda en Venezuela**. Caracas: Ediciones FAU UCV, 2011. P. 242-257.

RAPOSO, Alfonso; VALENCIA, Marco. Modernidad, diseño urbano y utopía: Notas sobre el fundamento político de las acciones de Remodelación Urbana en Santiago. El caso CORMU. 1966-1973. In: **Revista de Urbanismo Editora Universidad de Chile**, nº 10, Junho de 2004. Disponível em: <http://www.revistaurbanismo.uchile.cl/index.php/RU/article/viewFile/5095/15225>. Acesso em: 02 agosto 2015.

RAPOSO, A.; RAPOSO, G; VALENCIA, M. Hacia la remodelación democrática del espacio habitacional. In: **Revista Electrónica DU&P. Diseño Urbano y Paisaje**. Año 2, nº 5. Universidad Central de Chile, Santiago do Chile, Outubro, 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.org.ar/Chile/ceapucentral/20130628022148/Hacia_remodelacion_democratica.pdf Acesso em 10 setembro 2015.

SALINAS, Camila Silva. **La política sobre el territorio: La construcción política del territorio poblacional en los albores del neoliberalismo. Chile, 1973-1981**. In: **Revista Pretérito Imperfecto**. Número 1. Otoño, 2012. Disponível em: www.preteritoimperfecto.cl. Acesso em: 25 setembro 2015.

Trabalho enviado em 30 de setembro de 2015.

Aceito em 22 de outubro de 2015.